

**Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)**



Atena
Editora
Ano 2021

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



EDUCAÇÃO:

SOCIEDADE CIVIL, ESTADO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrááo Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais /
Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-781-9
DOI 10.22533/at.ed.819210102

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a repensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021 e com a recente aprovação do uso emergencial das vacinas no Brasil, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Esse movimento sistemático de olhar para as diversas problemáticas postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto da crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade, portanto, é um desafio, aceito por muitas professoras e professores pesquisadores brasileiros, como os compõe esse livro.

Destarte, as discussões empreendidas nesta obra, “**Educação: Sociedade Civil, Estado e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Reúne-se aqui, portanto, um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem

os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

SOCIOEDUCAÇÃO E DIÁLOGOS ESTABELECIDOS PELO ECA E SINASE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Kátia Aparecida da Silva Nunes Miranda

Clóris Violeta Alves Lopes

Juliano Cláudio Alves

DOI 10.22533/at.ed.8192101021

CAPÍTULO 2..... 16

O OBSERVATÓRIO COMO FERRAMENTA PARA A PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE OS INDICADORES EDUCACIONAIS

Deuzimar Costa Serra

Ilka Márcia Ribeiro de Souza Serra

Francisco Romário Cunha de Araújo

Luciana de Castro Sousa

DOI 10.22533/at.ed.8192101022

CAPÍTULO 3..... 23

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E INCLUSÃO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ESCOLA REGULAR: PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

Aurea Cintra de Azevedo Marra

Lucianne Oliveira Monteiro Andrade

DOI 10.22533/at.ed.8192101023

CAPÍTULO 4..... 35

A EVOLUÇÃO DAS MÍDIAS DIGITAIS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS: CONTRIBUIÇÃO PARA O ATUAL CENÁRIO EDUCACIONAL

Juliana Maria da Silva Melo

Lucilene Angélica da Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.8192101024

CAPÍTULO 5..... 45

A CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dara Ribeiro Ramos

Luana Frigulha Guisso

DOI 10.22533/at.ed.8192101025

CAPÍTULO 6..... 58

OS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E A PRESENÇA INDÍGENA EM PRESIDENTE KENNEDY/ES

Naiara Henrique Lima Faro

Sebastião Pimentel Franco

DOI 10.22533/at.ed.8192101026

CAPÍTULO 7	71
A ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS BRASILEIRAS PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	
Ronneo Lucio Silva Rodrigues	
Alanna Cris Silva Rodrigues	
Evan Pereira Barreto	
Mônica Cristina de Orequio	
Marcella de Oréquio Fernandes Machado	
Angerica Maurício de Souza Gomes	
Josinete Braga Borges Lordes	
Ana Lidia Moreira Mendes dos Santos	
Evilásio Mussy Caetano Junior	
Adelma Benevides de Lima	
Caroline Fardin Araujo	
Adrielle Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.8192101027	
CAPÍTULO 8	81
O ENSINO DA PROTEÇÃO DOS BENS CULTURAIS	
Adelcio Machado dos Santos	
Rubens Luís Freiberger	
Daniel Tenconi	
Danielle Martins Leffer	
Alisson André Escher	
DOI 10.22533/at.ed.8192101028	
CAPÍTULO 9	91
A FORMAÇÃO DOCENTE PARA AVALIAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Gilcéia Leite dos Santos Fontenele	
DOI 10.22533/at.ed.8192101029	
CAPÍTULO 10	99
SOMOS MAIS UM TIJOLO NO MURO: UMA ANÁLISE DA MÚSICA ‘ANOTHER BRICK IN THE WALL’ DA BANDA PINK FLOYD	
Karina Franco	
Priscilla Christina Franco	
Ana Luiza Carvalho Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.81921010210	
CAPÍTULO 11	108
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	
Tereza Freitas da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.81921010211	
CAPÍTULO 12	114
A FOTOGRAFIA NA ESCOLA COMO DIDÁTICA: AMPLIANDO OLHARES SOBRE	

PAISAGENS E CENAS COTIDIANAS

Graciela Brandão da Silva

DOI 10.22533/at.ed.81921010212

CAPÍTULO 13..... 124

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO FERRAMENTA DE RELEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL PARA ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Marilene da Silva Reis Barreto

Jocitiel Dias da Silva

DOI 10.22533/at.ed.81921010213

CAPÍTULO 14..... 135

EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRÁTICA PEDAGÓGICA – A SEXUALIDADE NA ESCOLA

Poliana dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.81921010214

CAPÍTULO 15..... 148

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POSTURAL EM ALUNOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY- ES

Marceline Ferreira Rocha Passabão

José Roberto Gonçalves de Abreu

DOI 10.22533/at.ed.81921010215

CAPÍTULO 16..... 160

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Maria Denize Rocha Silva

Caroline Gomes Macêdo

DOI 10.22533/at.ed.81921010216

CAPÍTULO 17..... 168

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM CAMPO POLÍTICO EM ABERTO

Elinete Pereira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.81921010217

CAPÍTULO 18..... 185

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRANSFORMADORAS - “ EM UMA PERSPECTIVA SÓCIO HISTÓRICO CULTURAL”

Francielle Goulart Pereira

DOI 10.22533/at.ed.81921010218

CAPÍTULO 19..... 196

RELAÇÃO ENTRE AS HABILIDADES DIGITAIS DOS PROFESSORES E A INTEGRAÇÃO DAS TIC NO ENSINO DO INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

Juan José Quintana Muñoz

DOI 10.22533/at.ed.81921010219

CAPÍTULO 20.....	209
A AVALIAÇÃO FORMATIVA COMO COROLÁRIO DO DIREITO FUNDAMENTAL DE EDUCAR	
José Carlos Silva	
Andrea Wild	
Cibele Mara Dugaich	
Elisete Gomes Natário	
DOI 10.22533/at.ed.81921010220	
CAPÍTULO 21.....	222
A ATUAÇÃO DO PROFESSOR ESPECIALISTA COMO TUTOR DE PEQUENOS GRUPOS INTERFERE NO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES?	
Maria Flávia Pereira da Silva	
Maria Elizabeth da Silva Hernandes Corrêa	
Claudia Maria Waib Castello Branco	
Denize Maria Galice Rodrigues	
Marcelo Rodrigues	
Walter Roberto Schiller	
Marcelo Dib Bechara	
DOI 10.22533/at.ed.81921010221	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

CAPÍTULO 20

A AVALIAÇÃO FORMATIVA COMO COROLÁRIO DO DIREITO FUNDAMENTAL DE EDUCAR

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 16/11/2020

José Carlos Silva

Universidade Metropolitana de Santos
Santos – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/0147821863718242>

Andrea Wild

Universidade Metropolitana de Santos;
Universidade Paulista
Santos – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/0058856285149791>

Cibele Mara Dugaich

Universidade Metropolitana de Santos;
Universidade Paulista
Santos – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/3486098529358426>

Elisete Gomes Natário

Universidade Metropolitana de Santos
Santos – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/1475193845890275>

RESUMO: A importância da Educação tem sido discutida ao longo dos anos. Alçada à categoria de direitos humanos fundamentais, dispositivos normativos, inclusive de cunho internacional, resguardam o direito à educação. Os direitos humanos mantêm estreita relação com a dignidade humana, cujo princípio existe para proteger o ser humano, tornando-o titular de respeito por parte do Estado e de seus semelhantes. O ato de educar é um ato de respeito pelo ser humano. Formar um indivíduo

significa promover o seu pleno desenvolvimento, no seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O processo de aprendizagem compreende várias fases, mas para muitos professores e alunos, se encerra com a fase da avaliação. Comumente profissionais da educação se deparam com a dicotomia de que aula é aula e prova é prova, esquecendo-se de que a avaliação deveria permear todo o processo de aprendizagem, não como uma questão pontual, mas, sim, de forma cumulativa e contínua. O objetivo deste estudo bibliográfico é o de promover uma discussão no campo da avaliação, abordando aspectos da avaliação formativa. Os vários dispositivos legais aqui examinados, desde normas de cunho internacional, normas constitucionais, legais e infralegais pressupõem que a avaliação deve estar a serviço da educação, constituindo verdadeiro instrumento para analisar o desenvolvimento da construção da aprendizagem, permitir que se faça uma autoavaliação, replanejar as ações para que não haja lacunas na aprendizagem dos estudantes, de modo que consigam promover mecanismos de recuperação contínua das habilidades e competências que não foram alcançadas ao longo do processo de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: educação, práticas docentes, avaliação formativa direitos humanos.

FORMATIVE ASSESSEMENT AS A COROLLARY OF THE FUNDAMENTAL RIGHT TO EDUCATE

ABSTRACT: Much has been discussed over the years about the importance of Education. Raised

to the category of fundamental human rights, normative provisions, including those of an international nature, safeguard the right to education. Human rights have a close relationship with human dignity, whose principle exists to protect the human being, making him the holder of respect by the State and his fellow men. The act of educating is an act of respect for the human being. Educating an individual means promoting his full development, in his preparation for the exercise of citizenship and his qualification for work. The learning process comprises several phases, and for many teachers and students, it ends with the assessment phase. Commonly education professionals are faced with the dichotomy that class is class and assessment is assessment. They forget that assessment, in fact, should permeate the entire learning process, not as a one-off question, but in a cumulative and continuous way. The purpose of this bibliographic study is to promote a discussion in the field of assessment, addressing aspects of formative assessment. The various legal provisions examined here, from international standards, constitutional, legal and non-legal standards, assume that assessment must be at the service of education, constituting a true instrument to analyze the development of learning construction, allowing self-evaluation to be carried out, redesigning the actions so that there are no gaps in students' learning, so that they are able to promote mechanisms for the continuous recovery of skills and competences that were not achieved during the learning process.

KEYWORDS: education, teaching practice, formative assessment, human rights.

1 | INTRODUÇÃO

Muitos professores acreditam que avaliação dos conteúdos trabalhados com os alunos se limita à aplicação de provas, tanto que a maioria das instituições de ensino dedicam, em seu calendário anual, uma semana para as provas bimestrais, uma para provas substitutivas e outra para as finais. Observa-se ainda entrega de exercícios, valendo pontos que serão acrescidos às notas do bimestre, dentre outras atividades para composição da média final. Há um certo “engessamento” das avaliações e uma dicotomia de que aula é aula e prova é prova.

O próprio comportamento dos estudantes traduz a cultura da avaliação. Depresbiteris e Tavares (2009) relatam perguntas que se tornam comuns em momentos de avaliação: *“O que vai cair na prova?”*, *“O que eu tenho que estudar?”*, *“Por que o senhor me deu esta nota?”*

Oba! Acabaram-se as provas, já não tenho mais nada que estudar.

Isso aí cai na prova, professor?

Estudei tanto para nada! Não caiu nada do que estudei...que perda de tempo (DEPRESBITERIS;TAVARES, 2009, p.17).

Vista sob esse enfoque, a avaliação parece encerrar um ciclo, como se o professor não tivesse o que ensinar, tampouco o aluno ainda tivesse algum conteúdo a aprender

após a avaliação, na medida em que a avaliação em si parece ser a única destinação de todo processo de ensino.

Esse contexto torna premente que se promova uma reflexão sobre a avaliação, sobre a sua finalidade, o objeto no qual se concentra, as expectativas de aprendizagem envolvidas e o porquê da escolha de cada instrumento de avaliação.

Para Luckesi (1996), é corrente o emprego da avaliação como instrumento de verificação do conhecimento acumulado pelo aluno, visando à sua classificação em apto ou inapto para, assim, promovê-lo ou retê-lo. Nesta situação, estamos adotando o princípio de verificação do conhecimento, ao invés de avaliação do conhecimento. Segundo o autor, “o ato de avaliar implica coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto de avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade” (p.52); a partir de então, ainda no entendimento do autor, devem ser tomadas decisões de manter a situação como está ou de atuar sobre ela.

Em consonância com este entendimento, temos o artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que defende que o rendimento escolar deva ser avaliado a partir de uma avaliação contínua e cumulativa, com ênfase nos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados obtidos ao longo do período (BRASIL, 1996).

Desta leitura, é passível concluirmos que a avaliação do desempenho do aluno não deve ser pontual, mas, sim, contínua e cumulativa. O foco principal é o de promover uma discussão no campo da avaliação, abordando aspectos da avaliação formativa, mostrando que esta não deve ser encarada como uma ação inovadora, restrita a ações implementadas apenas por escolas pilotos, como postula Perrenoud (1999) mas, sim, como um objeto de discussão e também de ação efetiva pelos educadores.

A avaliação formativa propicia tanto ao docente quanto aos estudantes, instrumentos para analisar o desenvolvimento da construção da aprendizagem, fazer uma autoavaliação, replanejar as ações para que não haja lacunas na aprendizagem dos alunos, de modo que consigam promover mecanismos de recuperação contínua das habilidades não desenvolvidas.

2 | ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO E DA AVALIAÇÃO FORMATIVA

A educação constitui um dos direitos fundamentais do indivíduo, tamanha é a sua importância para a vida das pessoas. Sabemos que educar um ser humano é mais do que construir conhecimentos, é formar um cidadão na sua plenitude, cômico de seus direitos e obrigações.

Comumente ouvimos que a educação é a base de tudo, tanto que, há tempos, muitos países, bem como organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas – ONU, a Organização dos Estados Americanos – OEA, assim como diplomas legais têm demonstrando uma preocupação ímpar com a educação e, por essa razão, se debruçam

para assegurarem o direito à educação. É possível identificar na própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, firmada em 1948, a prevalência deste pensamento – “A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais [...]”.

A Constituição da República Federativa do Brasil é a base para a legislação que regulamenta a educação do país; assim, partindo do seu artigo 6º, tem-se que, entre inúmeros direitos sociais, figura o da educação.

Sendo assim, a educação é um direito social que é condição imprescindível para o exercício dos direitos do homem enquanto cidadão brasileiro. Ainda no mesmo diploma legal, o artigo 205 fundamenta o direito à educação, como um direito de todos e dever do Estado e da família. Com o apoio da sociedade será promovida com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, no seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASI, 1988).

O artigo 206 do mesmo diploma legal ainda complementa, destacando os incisos I, II e III que serão base para discussões futuras neste capítulo.

Como é possível observar, a Constituição prevê que a educação é um direito de todos e que as condições de acesso e permanência devem ser asseguradas enquanto princípios básicos, assim como a liberdade de aprender, ensinar e pesquisar. Acentua a importância do pluralismo de ideias e de diferentes concepções pedagógicas, bem como a coexistência de instituições públicas e privadas (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal igualmente estabelece que o Plano Nacional de Educação terá o objetivo de articular o sistema nacional de educação, para o fito de definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias por meio de ações integradas dos poderes públicos no sentido de erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, bem como, conduzir à melhoria da qualidade de ensino (art. 214 CRF/88).

É certo que a Constituição Federal explicita quais são as responsabilidades e preocupações para com a educação, porém, existem legislações infraconstitucionais e atos normativos que complementam e detalham melhor o assunto em tela.

Vejamos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em estreita observância dos ditames constitucionais, estabelece as diretrizes e bases para educação em todos os seus níveis (BRASIL, 1996). Dentre os princípios que regem o ensino, destacamos a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, além do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (art. 3º).

A avaliação não pode constituir uma mera etapa desintegrada do processo de aprendizagem, mas, sim, deve funcionar como elemento integrante da aprendizagem, como uma mola propulsora, não apenas como um conjunto de provas e trabalhos que concluem se o aluno está aprovado ou não ao término de um determinado ciclo letivo.

Esta preocupação com a avaliação formativa está explícita na LDB (BRASIL, 1996),

quando esta trata da organização da educação básica, dando preferência à avaliação contínua e cumulativa, na qual os aspectos qualitativos devem prevalecer sobre os quantitativos, vejamos:

Neste mesmo diapasão, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997) tratam que a avaliação não deve se restringir ao julgamento sobre o aluno, vejamos:

A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. Possibilita conhecer o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada (BRASIL, 1997, p. 55).

Os PCNs (BRASIL, 1997) observam que a avaliação deve subsidiar alunos, professores e escola com informações essenciais para a continuidade das ações educativas. Assim, a aula também implica um espaço de avaliação e tem o condão de subsidiar o professor com elementos de reflexão sobre sua prática educativa, para tomada de decisões. Quanto aos alunos, a avaliação possibilita a tomada de consciência sobre suas conquistas. O aluno precisa saber se está colaborando para com a sua aprendizagem, precisa desenvolver a autoavaliação, ou seja, diagnosticar o que aprendeu, ter consciência de suas potencialidades e fragilidades que deverão ser melhor trabalhadas.

Nesta mesma linha de raciocínio, é contemplada a avaliação, segundo os PCNs:

[...] elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino; conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma; conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e como; elemento de reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa; instrumento que possibilita ao aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades; ação que ocorre durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho (BRASIL, 1997, p. 56).

Outro diploma normativo de suma importância são as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs (BRASIL, 1998) para o ensino fundamental que não poderia deixar de ser retratado no que toca à avaliação formativa, no qual, em consonância com a LDB (1996), estabelece que é necessário a adoção de estratégias para progresso individual e contínuo que favoreçam o crescimento dos estudantes, preservando a qualidade necessária para a formação escolar.

Com relação à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, instituída pela RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que prevê um currículo único para todas as disciplinas no território nacional, define aprendizagens essenciais a todos os estudantes estabelecendo que:

Art. 2º As aprendizagens essenciais são definidas como conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e a capacidade de os mobilizar, articular e integrar, expressando-se em competências (BRASIL, 2017, p. 4).

Notadamente sobre o processo de avaliação da aprendizagem, a BNCC (2017) estabelece em seu artigo 8º que:

Os currículos, coerentes com a proposta pedagógica da instituição ou rede de ensino, devem adequar as proposições da BNCC à sua realidade, considerando, para tanto, o contexto e as características dos estudantes, devendo:

[...] V. Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado, que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da instituição escolar, dos professores e dos alunos (BRASIL, 2017, p. 6).

Da leitura dos diversos diplomas legais e normativos que ressaltam a necessidade do estabelecimento de uma avaliação que permeie todo o processo de aprendizagem de forma contínua e prevalentemente qualitativa, podemos observar que, desde as recomendações de cunho internacional sobre a educação, até as normas do nosso direito interno, há uma consonância de valores voltados para a educação e a preocupação para com a formação da identidade do estudante enquanto ser humano.

3 I PROCESSO DE AVALIAÇÃO FORMATIVA

A avaliação, segundo Libâneo (1990), deve ser entendida por todos os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem como uma parte desse processo, e não como, comumente acontece, como um momento no qual se encerra uma etapa.

Depresbiteris e Tavares (2009) definem avaliar como medidas capazes de mostrar o quanto o aprendiz progrediu e guiar o professor no monitoramento desse progresso, baseado na formulação do juízo de valor e na realização de ações de melhoria, ponto culminante da avaliação.

Perrenoud (1999), dentro desta perspectiva, completa que:

[...] avaliar é – cedo ou tarde – criar hierarquias de excelência, em função das quais se decidirão a progressão no curso seguido, a seleção no início do secundário, a orientação para diversos tipos de estudos, a certificação antes da entrada no mercado de trabalho e, frequentemente, a contratação. Avaliar é também privilegiar um modo de estar em aula e no mundo, valorizar formas e normas de excelência, definir um aluno modelo, aplicado e dócil para uns, imaginativo e autônomo para outros (p. 9)

Já para Both (2011), a avaliação vai muito além de seu objetivo de perceber e identificar a quantas anda o desempenho dos alunos ou de qualquer outro profissional. Para

o autor, a avaliação cumpre um papel de voz da consciência, porque vai além do ensino em desenvolvimento, como também da aprendizagem que vai ocorrendo. Acentua que essa voz da consciência, no interior da ação avaliativa, indaga se os caminhos percorridos para a aprendizagem são os mais adequados para aqueles alunos para que se possa viabilizar “uma excelente aprendizagem”, como o próprio autor a define.

Ainda, na perspectiva de Both (2011), e acenando para o pensamento de Libâneo (1990), o processo de avaliação deve ser claro e objetivo para todos os alunos, que devem estar cientes de todas as etapas da ação avaliativa para que possam entender em quais momentos possuem falhas, de modo a buscarem mecanismos para saná-las. Tais processos devem estar em consonância com os planos de curso.

Libâneo (1990) assevera sobre a importância da avaliação para os professores, alunos e escola no sentido de levantar dados úteis para a tomada de decisões.

A avaliação ajuda a tornar mais claros os objetivos que se quer atingir. No início de uma unidade didática, o professor ainda não está muito seguro de como atingir os objetivos no decorrer do processo de transmissão e assimilação. À medida que vai conduzindo o trabalho e observando a reação dos alunos, os objetivos se vão clarificando, o que possibilita tomar novas decisões para as atividades subsequentes (p. 201).

A organização dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1997) vem, nesta mesma perspectiva, reforçar que a avaliação é um instrumento capaz de proporcionar uma visão importante sobre as práticas do docente e sobre o que efetivamente o aluno está aprendendo e que, portanto, nunca deve ser utilizada como instrumento punitivo.

A avaliação é considerada como elemento favorecedor da melhoria de qualidade da aprendizagem, deixando de funcionar como arma contra o aluno. É assumida como parte integrante e instrumento de autorregulação do processo de ensino e aprendizagem, para que os objetivos propostos sejam atingidos. A avaliação diz respeito não só ao aluno, mas também ao professor e ao próprio sistema escolar (BRASIL, 1997, p. 55).

Sobre os benefícios da avaliação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) apresentam informações essenciais para reflexão contínua da prática do professor, para o aluno, revela-se um momento importante para que ele tome consciência das suas conquistas e dificuldades e, para a escola, para que se possam definir ações com vistas a buscar melhoria dos níveis da escola.

Quando se fala em processo de avaliação tem-se dois caminhos principais, sendo eles: o caminho da avaliação formativa e da avaliação somativa. Tais modelos de avaliação se fazem presentes no dia-a-dia da vida escolar e no cotidiano profissional dos alunos.

Depresbiteris e Tavares (2009) relatam que o estudioso Scriven, na década de 1960, trouxe a ideia de mérito e valor do que está sendo avaliado, tanto que são deles os termos “avaliação formativa” e “avaliação somativa”. Ainda para Scriven *apud* Depresbiteris e Tavares (2009), a avaliação formativa deveria ocorrer ao longo do desenvolvimento do

programa de estudos, com a finalidade de se coletar informações úteis para o aprimoramento do programa. Já a avaliação somativa tinha a finalidade de atribuir mérito ao programa, para se obter informações úteis sobre o programa, como a continuidade ou não do mesmo.

3.1 Avaliação formativa e Avaliação somativa

Perrenoud (1999) acentua que a avaliação formativa não requer nenhum padrão, desde que atenda a dois atores:

[...] uma avaliação não precisa conformar-se a nenhum padrão metodológico para ser formativa, basta que ela informe os dois principais atores do processo educativo: professor e o aluno. O primeiro para regular sua ação, a partir dos resultados que estão sendo obtidos, e o segundo para tomar consciência de suas dificuldades e buscar a melhoria de seu desempenho. (p.107)

Nesta mesma perspectiva, Romanowski e Wachowicz (2006) defendem a avaliação formativa como uma avaliação que procura acompanhar o desempenho do aluno no decorrer do processo de aprender. Esse acompanhamento é o mais importante para o processo de ensino aprendizagem, porque a partir dele é possível que o professor entenda os resultados das práticas pedagógicas adotadas para sua posterior adequação. Quanto ao aluno, é possível que identifique suas dificuldades e encontre meios para melhorar seu desempenho. A avaliação somativa, na perspectiva dos mesmos autores, é a realizada no final do processo e visa a indicar os resultados obtidos para definir a continuidade dos estudos, isto é, indica se o aluno foi ou não aprovado.

Depresbiteris e Tavares (2009) corroboram com o pensamento exposto e concluem:

A principal função da avaliação formativa é de regulação da aprendizagem. Na perspectiva formativa, a avaliação é tão integrada ao processo de aprendizagem que dele não se separa. Essa modalidade de avaliação reduz o fracasso que pode ocorrer pelo uso de uma avaliação de fins apenas somativos, quando não há mais tempo para melhorias (p.51).

As autoras complementam ainda que é possível que a avaliação somativa seja diferente do que geralmente é, apenas cálculo de média aritmética das avaliações formativas.

A avaliação somativa pode se transformar em momento de reflexão sobre o desempenho global do educando, realizada pelos professores que participaram de sua formação e mesmo com o próprio aluno, de forma que ele possa se avaliar (DEPRESBITERIS; TAVARES, 2009, p.54)

Diante do exposto é essencial que os professores e toda a equipe gestora da escola entendam a importância e o significado da avaliação formativa e da avaliação somativa, lembrando que, desde a LDB 9.394/96, os PCN's (1997) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (2013) têm orientando que a avaliação deve ter caráter formativo, sobrepondo os aspectos qualitativos aos quantitativos e sobre os resultados

(BRASIL, 1996; 1997; 2013).

3.2 Instrumentos e critérios de avaliação e seus registros

Hoffmann (2017), quanto aos registros das avaliações, complementa que:

[...] devem se constituir em dados descritivos, analíticos, sobre aspectos qualitativos observados, pois dados quantitativos não permitem analisar em que aspectos o aluno evoluiu, de que estratégias se utiliza e outras questões de igual significado em termos de sua aprendizagem. (p.134)

Tendo em vista de que a avaliação é parte do processo de ensino e aprendizagem, seu objetivo é coletar dados para orientar direções, professores, pais e alunos sobre como os alunos estão aprendendo e se estão realmente aprendendo, a escolha dos instrumentos de avaliação que serão utilizados deve ser de extrema importância para que a escola tenha resultados o mais próximo possível do que se deseja.

Ainda segundo Hoffmann (2017), existe uma confusão, quanto ao entendimento, com a utilização da expressão instrumentos de avaliação e registra que:

[...] quando se fala de instrumentos de avaliação está se falando de testes, trabalhos e todas as formas de expressão do aluno que tenham por finalidade acompanhar o processo de aprendizagem de aluno por aluno, ou seja, as tarefas avaliativas. (p.135)

Both (2011) chama nossa atenção para a clareza que deve orientar a elaboração dos instrumentos de avaliação:

A clareza de concepção de avaliação na educação é aspecto fundamental para que a aprendizagem possa cumprir com conhecimento de causa a sua função primordial: levar o ser humano a perceber as condições pessoais e profissionais de que é detentor com vistas ao seu bom desempenho (p.121)

Assim como os instrumentos, os critérios de avaliação também precisam ser bem delineados para que a escola tenha clareza de que todas as ações estão alinhadas com o que a escola pretende e, conseqüentemente, com o que consta no Projeto Pedagógico do curso.

Os PCNs (BRASIL, 1997) definem os critérios como tendo um papel importante no processo de avaliação:

Os critérios de avaliação têm um papel importante, pois explicitam as expectativas de aprendizagem, considerando objetivos e conteúdos propostos para a área e para o ciclo, a organização lógica e interna dos conteúdos, as particularidades de cada momento da escolaridade e as possibilidades de aprendizagem decorrentes de cada etapa do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social em uma determinada situação, na qual os alunos tenham boas condições de desenvolvimento do ponto de vista pessoal e social (BRASIL, 1997, p. 59).

Critérios bem definidos explicitam quais são os objetivos dos instrumentos de

avaliação utilizados, esclarecem quais são as expectativas de aprendizagem requeridas naquele momento e evitam problemas posteriores.

À luz do que a escola pretende, algumas questões específicas sobre avaliação devem ser respondidas, conforme defendem Depresbiteris e Tavares (2009), no sentido de se identificar como a aprendizagem é denominada, o que as avaliações, de fato, objetivam em termos de memorização de conteúdos ou a real capacidade de o aluno desenvolver autonomia na resolução de problemas, bem como se as respostas dadas pelos alunos são argumentadas de forma coerente com os problemas apresentados.

Entender o que pretende a escola é essencial para que as avaliações sejam delineadas de acordo com a proposta da própria escola.

Cabe salientar também que as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, embasadas na LDB 9394/96, fundamentam os instrumentos de avaliação em seu artigo 32, quais sejam:

I – assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica [...].

II – utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando;

III – fazer prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais [...].

IV – assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

V – prover, obrigatoriamente, períodos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo [...].

VI – assegurar tempos e espaços de reposição dos conteúdos curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente, evitando, sempre que possível, a retenção por faltas;

VII – possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com defasagem idade-série (BRASIL, 2010, p. 137-138).

Depresbiteris e Tavares (2009) abordam que os instrumentos de avaliação deveriam conter questões de como os alunos selecionam os conteúdos para resolver um problema, como os representam mentalmente, como os organizam e os recuperam, fazendo com

que a avaliação vá muito além de apenas definir as respostas entre certas e erradas, não importando o processo de construção daquelas respostas.

À luz dessa intenção, os instrumentos deveriam permitir não só a análise dos conhecimentos aprendidos pelo aluno, mas como ele consegue raciocinar. Os instrumentos deveriam conter, portanto, características que estimulem o aluno a:

Pensar em voz alta;

Recordar conhecimentos em situações simuladas;

Elaborar mapas, cognitivos, organizar gráficos, elaborar resumos, etc (p. 48).

Libâneo (1990) defende que a avaliação deve ser elaborada para cumprir tarefas de verificação, qualificação e apreciação qualitativa, conforme define:

Verificação: coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos, por intermédio de provas, exercícios e tarefas ou de meios auxiliares, como observação de desempenho, entrevistas, etc;

Qualificação: comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e, conforme o caso, atribuição de notas ou conceitos;

Apreciação qualitativa: avaliação propriamente dita dos resultados, referindo-os a padrões de desempenho esperados (p.196)

Ainda para preparação da avaliação, Depresbiteris e Tavares (2009, p.38) complementam que o valor da avaliação não está no instrumento em si, mas no uso que se faz dela. O que mais importa é o que se põe a prova, a maneira que se formulam as questões ou o que se exigem para a resolução de situações problemas.

Dentre uma infinidade de instrumentos de avaliação Both (2008) apresenta os principais e mais utilizados: prova objetiva, prova dissertativa, debate, seminário, trabalho em grupo, relatório individual, autoavaliação, observação, conselho de classe.

Both (2011) complementa que cabe ao professor em conjunto com seus alunos definir quais os instrumentos de avaliação mais compatíveis com aquele grupo e dentro do grupo quais os instrumentos que cada aluno tem maior facilidade de desenvolvimento.

Diante destas sugestões de instrumentos de avaliação, o autor elenca alguns que estão diretamente ligados com a avaliação formativa, são estes: observação do desempenho e contribuição do aluno, conselho de classe, seminário, debate, trabalho em grupo, relatório individual e a autoavaliação.

Em cada um destes instrumentos é possível perceber que o aluno poderá desenvolver diversas habilidades aplicando o conhecimento adquirido. Tais instrumentos

evidenciam tanto aspectos da construção da aprendizagem do aluno, da evidência de que ele construiu determinados conhecimentos, habilidades e até a competência para a resolução de situações problemas.

É importante se registrar que existem alunos que se expressam muito bem em uma avaliação dissertativa, outros têm um resultado muito melhor em uma avaliação objetiva, há ainda aqueles que se expressam melhor em atividades orais e de apresentação, portanto, cabe salientar a importância em se diversificar os instrumentos de avaliação, para que o aluno tenha o maior número possível de possibilidades de demonstrar sua aprendizagem de formas diferenciadas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **A avaliação da aprendizagem escolar**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BOTH, I. J. **Avaliação “voz da consciência” da aprendizagem**. IBPEX, Curitiba, 2011.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**, 2017. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**, 2013. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9 394 de 20 de dez. de 1996. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 19 abr. 2020.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1997. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019

_____. **Plano Nacional de Educação**, 2014. Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

DEPRESBITERIS, L; TAVARES, M. R. **Diversificar é preciso...: Instrumentos e técnicas de avaliação de aprendizagem**. Senac SP, 2009.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover – As setas do caminho**. 16 ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 1993.

_____ . **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre, RS: Artmed, 1999.

SACRISTÁN, J. G. e GÓMEZ, A. L. P. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALA, A. **A Prática Educativa**: Como ensinar. São Paulo. Artmed, 1998.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 2, 104, 135, 137, 138, 139, 140, 150

Aluno com TEA 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33

Aprendizagem 15, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 73, 77, 78, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 111, 112, 114, 115, 117, 121, 122, 124, 126, 130, 133, 143, 146, 153, 161, 162, 164, 166, 172, 173, 174, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 194, 195, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 229, 230, 231

Artes 114, 115, 116, 117, 120, 121

Atividades lúdicas 33, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 124

Atuação 6, 30, 31, 32, 35, 53, 54, 55, 79, 96, 138, 160, 161, 164, 166, 222, 228, 229, 230

Avaliação da aprendizagem 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 214, 220, 221

B

Brincadeiras 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 64

C

Competencias digitais 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 206

Crítica social 99

Cultura musical 99

D

Desempenho cognitivo 222, 223

Desvio postural 148

Diálogo 1, 4, 5, 13, 26, 67, 80, 95, 97, 122, 131, 135, 137, 138, 139, 144, 145, 172, 173, 179, 191

Didática fotográfica 114

Direitos humanos 5, 14, 74, 209

E

Educação 1, 3, 4, 5, 7, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 88, 89, 90, 91, 96, 97, 99, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 120, 121, 123, 125, 126, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 209, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 220, 224, 229, 230, 231, 232

Educação básica regular 23, 25

Educação de jovens e adultos 7, 126, 168, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 179, 182, 183

Educação especial 7, 29, 30, 33, 34, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 109, 111, 113, 159

Educação inclusiva 27, 34, 72, 73, 77, 108, 113

Educação infantil 29, 33, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 126, 151, 176, 194

Educação patrimonial 81, 89, 90

Educação popular 89, 168, 169, 173, 174, 183

Educação postural 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 159

Educação sexual 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146

EFL 196, 203

Ensino 7, 15, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 92, 94, 95, 96, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 133, 135, 137, 138, 141, 143, 146, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 182, 185, 187, 188, 189, 191, 193, 194, 196, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 231, 232

Escola 11, 12, 14, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 54, 55, 63, 69, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 90, 91, 92, 95, 96, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 117, 120, 121, 124, 125, 126, 128, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 174, 178, 179, 180, 183, 184, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 213, 215, 216, 217, 218

Evolução 29, 35, 36, 39, 41, 42, 43, 66, 68, 85

Extensão 16, 17, 18, 20, 21, 51, 157, 174

F

Família 4, 6, 26, 42, 54, 74, 75, 78, 87, 129, 130, 135, 136, 137, 138, 144, 146, 212

Formação de professores 23, 29, 91, 94, 95, 96, 97, 194, 232

Fotografia 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

G

Gestão democrática 160, 161, 163, 164, 166, 167

H

História 20, 43, 48, 49, 50, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 77, 81, 85, 87, 102, 104, 114, 116, 122, 127, 131, 137, 146, 169, 182, 186, 189

Histórias em quadrinhos 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

I

Identidade cultural 58, 59, 60, 137, 142

Inclusão 5, 8, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 108, 109, 110, 113, 143, 144, 151, 163, 172, 175, 176

Intervenção 31, 43, 137, 148, 150, 155, 156, 169, 182, 213, 225

J

Jogos 8, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Jovens em restrição e privação de liberdade 1, 5

L

Letramento 124, 126, 127, 132, 133, 134, 232

Livro didático 58, 59, 60, 66

M

Mediação 42, 46, 49, 51, 52, 78, 97, 101, 102, 107, 185, 186, 189, 220

Mídias digitais 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 130

O

Observatório 16, 17, 18, 19, 20, 21

P

Pandemia 1, 2, 3, 5, 6, 7, 13, 14, 18, 21, 35, 36, 40, 42, 43, 44, 151

Pesquisa 1, 3, 8, 9, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 27, 34, 35, 36, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 69, 70, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 107, 109, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 145, 148, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 159, 191, 194, 224, 232

Pink Floyd 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107

Políticas públicas 2, 3, 5, 13, 16, 18, 20, 21, 26, 28, 39, 61, 71, 72, 76, 79, 143, 167, 168, 180

Povos indígenas 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Práticas pedagógicas 23, 24, 25, 26, 27, 33, 34, 42, 113, 124, 133, 135, 136, 145, 146, 185, 186, 216

Processos de leitura 124

Professor especialista 222, 223, 225, 226, 227, 229

S

Sensibilização 122, 148

Sexualidade 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Síndrome de down 71, 72, 74, 76, 79, 80

Sociedade 1, 2, 4, 6, 10, 11, 12, 13, 20, 28, 29, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 46, 55, 59, 61, 62, 69, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 114, 118, 122, 123, 125, 129, 130, 132, 136, 137, 142, 143, 149, 163, 164, 166, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 191, 192, 193, 212

Socioeducação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 14

T

Tecnologia 16, 17, 19, 23, 25, 38, 39, 43, 68, 99, 111

TEFL 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

TIC 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Trabalho pedagógico 20, 91, 92, 96

Transtorno do espectro autista (TEA) 23, 24, 25, 33

Z

Zona de desenvolvimento proximal (ZDP) 185, 192



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021